



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

7.1.2010

COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

Assunto: Audição do Sr. Janez POTOČNIK, Comissário indigitado para o Ambiente

Submetem-se à atenção dos Senhores Deputados, em anexo, as respostas apresentadas por escrito que nos foram enviadas pelo Sr. Janez POTOČNIK.

O Secretariado

CM800831PT.doc

PE431.192v01-00

PT

Unida na diversidade

PT

RESPOSTAS AO PARLAMENTO EUROPEU
QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AO COMISSÁRIO INDIGITADO

Janez POTOČNIK

(Ambiente)

Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

- 1. Quais são os aspectos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas actividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

A minha actuação como Comissário durante os últimos cinco anos constitui a melhor prova do meu empenhamento na defesa do interesse geral europeu e do princípio da colegialidade. Essa experiência mostrou-me que, trabalhando com os colegas, os serviços da Comissão, o Parlamento Europeu e as outras instituições, é possível fazer algo de verdadeiramente útil em 5 anos. Essa experiência permitir-me-á também integrar-me rapidamente no meu novo domínio de competências e assumir as respectivas responsabilidades. Como Comissário responsável pela Ciência e Investigação, não só adquiri uma compreensão geral preciosa sobre as responsabilidades e os processos institucionais, como também tive a oportunidade de adquirir uma perspectiva abrangente das questões fundamentais para a pasta do ambiente.

A experiência adquirida na minha vida profissional anterior constitui também uma base sólida que me permitirá exercer as minhas funções de Comissário do Ambiente de uma forma eficaz. Sou economista de formação, fui gestor, professor, investigador, negociador da adesão do meu país e ministro dos assuntos europeus.

As minhas motivações são numerosas e profundas. Sou esloveno e a minha experiência pessoal quando do desmembramento da Jugoslávia e ao longo da evolução heterogénea da região dos Balcãs desde então constituiu naturalmente uma influência importante na minha vida. Para mim, a União Europeia foi sempre símbolo de liberdade e de liberdades e, considerando a história recente do meu país, não considero essas liberdades como direitos adquiridos. Estou orgulhoso de ter contribuído, como principal negociador da adesão da Eslovénia, para o êxito do alargamento e da adesão do meu país. Mas embora se mantenham válidos os valores do período após a guerra mundial e a guerra fria consolidados nas liberdades fundamentais da União Europeia, antevejo um novo papel para a UE no futuro. A

União está-se a tornar cada vez mais importante, não só como um mercado único, mas também como promotora de abordagens comuns e de soluções comuns para os desafios regionais e mundiais que enfrentamos. Num mundo multipolar, a Europa deve ser responsável, a Europa deve estar na vanguarda, a Europa deve ser forte. Num mundo cada vez mais interligado e interdependente, a nossa responsabilidade individual e colectiva é maior. A Europa deve assumir essa responsabilidade. O Tratado de Lisboa vai ajudar-nos a desempenhar esse papel.

É evidente que muitos desses desafios se prendem com o facto de vivermos num mundo com recursos finitos e uma ecologia frágil, mas que mesmo assim tem de satisfazer as aspirações legítimas dos seus quase 7 mil milhões de habitantes a uma qualidade de vida material digna. Nem sequer posso pretender que a minha motivação para a pasta do ambiente seja puramente moral e desinteressada. Tal como afirmei num discurso que proferi em Maio deste ano: «A sustentabilidade já não é apenas uma questão moral, passou também a ser uma questão de interesse próprio. Já não se trata simplesmente do modo como deixamos o nosso planeta para as gerações futuras, mas também dos efeitos do nosso comportamento à escala temporal da nossa própria geração ou da próxima geração». E este está longe de ser o único discurso em que manifestei a necessidade de um futuro sustentável e de políticas de apoio à sustentabilidade. Podem facilmente verificar isso pessoalmente na minha página Web, onde têm acesso à maioria das minhas contribuições durante o meu mandato anterior.

Posso comprometer-me imediata e inequivocamente a não exercer qualquer outra actividade, remunerada ou não remunerada, durante o meu mandato. Actualmente não desempenho quaisquer outros cargos nem tenho quaisquer outras responsabilidades. Não possuo quaisquer participações financeiras ou em empresas. A minha declaração de interesses está completa e acessível ao público e comprometo-me a actualizá-la em caso de alterações. Comprometo-me também a não solicitar nem aceitar instruções de qualquer entidade governamental ou outra e a tomar todas as precauções necessárias para evitar quaisquer potenciais conflitos de interesses no desempenho das minhas funções.

Estas são obrigações a que todos os Comissários estão sujeitos, tal como estabelecido nos Tratados e no nosso código de conduta, e estou totalmente empenhado em respeitá-las. Para mim, a independência é também uma questão de princípio pessoal: uma obrigação moral necessária para manter a dignidade do meu cargo e da instituição que represento. Considero que dei provas disso durante o meu mandato como Comissário nos últimos 5 anos. Sempre declinei convites para participar em organizações, publicações ou eventos susceptíveis de comprometer a minha independência ou de serem entendidos como tal. Tenho trabalhado com a indústria, mas não para a indústria, por exemplo no estabelecimento de parcerias público-privadas (nomeadamente as Iniciativas Tecnológicas Conjuntas). Nos programas-quadro de investigação, veei sempre por preservar a independência e a base científica da avaliação dos convites à apresentação de propostas para actividades de investigação.

Gestão do pelouro e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões

- 2. De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por acções suas ou dos seus serviços?**

O Colégio de Comissários é o coração político da Comissão. Deve ser político, mas não partidário, e eu fiquei pessoalmente impressionado com o nível de independência de que os Comissários dão provas relativamente ao seu próprio passado político e às suas origens nacionais. Pelo meu lado, continuarei, como sempre fiz antes, a colaborar com os políticos de todos os quadrantes. Transcender as divisões partidárias em prol do bem comum faz parte da minha cultura política. Subscrevo inteiramente as orientações políticas apresentadas a este Parlamento pelo Presidente da Comissão e, na verdade, apoiei activamente essas mesmas orientações durante o mandato anterior. Tenciono também contribuir activa e vigorosamente para as deliberações e decisões do Colégio e não hesitarei em exprimir críticas construtivas. Contudo, uma vez tomadas as decisões, partilharei a responsabilidade colectiva com plena consciência do que tal implica e comprometo-me verdadeiramente a envidar todos os esforços para comunicar e explicar essas decisões aos cidadãos, uma vez que estou convencido que é a euro-ignorância que gera a euro-apatia.

Assumirei total responsabilidade política pelas actividades dos serviços no meu domínio de competências. Estou indigitado para assumir a responsabilidade por um pasta que tem impactos e repercussões em políticas num vasto leque de domínios. Considero, por conseguinte, que será importante trabalhar de forma eficaz com os meus colegas e os respectivos serviços muito antes da fase de decisão formal e, em particular, com o Comissário responsável pelo Clima. Estou plenamente consciente de quão difícil poderá ser ultrapassar a estratificação de hierarquias e competências institucionais, mas também acredito que tal é necessário para atingir os muitos objectivos que partilhamos. Prezo muito o espírito de equipa e continuo ainda a jogar voleibol, apesar de todos os anos me parecer que a rede está mais alta. Estou convicto de que, para obter bons resultados, é preciso estar disposto a partilhar o trabalho, a partilhar as responsabilidades e a partilhar as honras. A confiança e a transparência serão especialmente importantes tendo em conta a divisão de responsabilidades no domínio do ambiente e das alterações climáticas, mas estes são princípios pelos quais sempre me guiei.

Sou um democrata de um país que teve de lutar pela democracia. Por conseguinte, congratulo-me com o facto de o Tratado de Lisboa reforçar o papel e as competências do Parlamento Europeu. Tenciono investir fortemente no desenvolvimento de um diálogo político construtivo com o Parlamento e as suas comissões baseado na abertura, transparência, confiança mútua, comunicação regular de informações e intercâmbio de informações, a fim de que o Parlamento possa exercer o seu controlo democrático de modo eficaz. Considero a minha presença nas sessões plenárias e nas reuniões das comissões como um aspecto fundamental das minhas responsabilidades enquanto Comissário e directamente associado à responsabilidade e legitimidade da Comissão no seu conjunto. Uma relação regular e construtiva com o Parlamento Europeu é também essencial para a obtenção de resultados e, por conseguinte, tenciono trabalhar em conjunto com o Parlamento e respectivas comissões, tanto a montante como a jusante no processo legislativo.

Creio ter mantido boas relações com o Parlamento Europeu no passado. A pasta da Ciência e da Investigação não implica uma grande carga de trabalho legislativo, pelo que não me levou frequentemente ao Parlamento. Contudo, ofereci-me espontaneamente em várias ocasiões para explicar as minhas acções às comissões do Parlamento e para ouvir as suas reacções, opiniões e sugestões. Por exemplo, enquanto Comissário responsável pelo maior orçamento gerido directamente, ofereci-me para informar regularmente a Comissão do Controlo

Orçamental dos progressos verificados na estratégia de auditoria no domínio da investigação.

3. Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação com o Parlamento e as suas comissões, e de seguimento efectivo das posições e solicitações do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas, tendo igualmente em conta a entrada em vigor do Tratado de Lisboa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

É essencial uma parceria eficaz entre o Parlamento Europeu e a Comissão para que o método comunitário funcione no interesse dos cidadãos europeus. Sempre considere que, quanto melhor informado estiver o Parlamento, mais úteis serão as suas críticas no sentido de ajudar a Comissão a orientar-se para soluções eficazes. Mas também creio que é necessário evitar uma saturação decorrente do excesso de informação. O que é necessário para uma boa governação e eficiência é dispor da informação certa no momento certo. Tal deve obviamente ser combinado com um sistema de direitos de acesso à informação, para que o Parlamento possa exercer adequadamente o seu papel de controlo democrático. Creio que o Acordo-Quadro estabelece uma base sólida para a transparência e a transmissão de informações entre as nossas duas instituições e comprometo-me a respeitá-lo à letra e em espírito. Tenho orgulho em ter servido numa Comissão que envidou grandes esforços nesse sentido através da Iniciativa Europeia em matéria de Transparência.

O Tratado de Lisboa reforça a necessidade de uma abordagem promotora de consensos entre as nossas duas instituições. Esta não pode basear-se apenas nas disposições do Tratado e nas regras de tomada de decisões, sendo também uma questão de vontade política e de boa-fé. Nunca duvidei da importância da tomada de decisões com base na abertura, transparência, confiança mútua, eficiência, diálogo constante, comunicação regular de informações e intercâmbio de informações. Já exprimi a minha disponibilidade para o diálogo com as comissões do Parlamento. A audição será a ocasião de um primeiro contacto com os membros da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar e desejo que este seja o início de uma relação regular, franca e frutuosa. Comprometo-me a respeitar escrupulosamente o Acordo-Quadro e o Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor». Comprometo-me também a responder rapidamente às perguntas e pedidos de informação de membros individuais das comissões e terei o maior prazer na comunicação directa com membros das comissões.

Ao actuar em prol do interesse europeu geral, penso que a Comissão deve basear as suas iniciativas em avaliações do impacto (incluindo vastas consultas), em dados científicos e nos princípios da Iniciativa «Legislar Melhor» (incluindo os princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade). Mas o interesse geral europeu não pode ser protegido num vácuo político e é por essa razão que as propostas da Comissão devem ser objecto de um debate político aberto num verdadeiro espaço público europeu, sendo o Parlamento Europeu a instância decisiva para as deliberações e a fonte de legitimidade democrática.

Comprometo-me a informar plena, pronta e regularmente o Parlamento e as suas comissões competentes das acções empreendidas em resposta às resoluções do Parlamento relativas aos meus domínios de competência. Terei igualmente em consideração quaisquer solicitações

formuladas pelo Parlamento relativamente a propostas legislativas a apresentar em conformidade com o Acordo-Quadro. Tendo em conta a importância do processo legislativo ordinário no domínio da política de ambiente, tenciono colaborar plenamente com os co-legisladores em todas as fases do processo e apoiar activamente os seus esforços para chegar a um acordo.

Perguntas relativas às políticas

4. Quais são as três prioridades principais que tenciono fazer avançar enquanto parte do domínio de competências que lhe é proposto, tendo em conta, se tal for pertinente, a crise financeira, económica e social, bem como as preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável?

A sustentabilidade é uma questão de equilíbrio e de responsabilidade. Num mundo cada vez mais interligado, multipolar, competitivo e que enfrenta desafios cada vez mais globais, o estabelecimento desse equilíbrio e responsabilidade torna-se cada vez mais complexo. A Europa deve encontrar a via para um progresso equilibrado que transforme a nossa economia à base de recursos numa sociedade baseada no conhecimento. A Europa deve assumir a responsabilidade de liderar no desenvolvimento de mecanismos de governação global que permitam garantir um futuro sustentável para todos. As minhas três prioridades para o meu mandato seriam promover uma economia ecológica, travar a perda de biodiversidade e implementar e melhorar a legislação ambiental em vigor.

O desenvolvimento de uma economia hipocarbónica e a promoção de uma economia ecológica, da inovação e do emprego serão uma das principais prioridades da Estratégia para 2020 da UE. O reforço do contributo da política ambiental para essa estratégia e a sua tradução em termos concretos constituirão um desafio fundamental. A eficiência na utilização dos recursos será uma componente de importância crítica para qualquer estratégia destinada a proteger o nosso ambiente e a realçar a nossa competitividade. Implicará uma combinação adequada de regulamentação inteligente, de incentivos e de mecanismos de mercado a fim de incentivar a eco-inovação e o consumo e produção sustentáveis e de encontrar formas de promover as mudanças necessárias, no pleno respeito das nossas ambições em matéria de protecção do ambiente. Tal incluirá a apresentação de planos de acção para a eco-inovação, as tecnologias ambientais e a próxima fase do plano de acção destinado a promover padrões de consumo e produção sustentáveis, a fim de tornar a UE mais eficiente em termos de utilização de recursos.

É necessário um maior empenhamento político para abordar a questão da biodiversidade. As ameaças colocadas pela perda de biodiversidade estão a tornar-se mais evidentes e os objectivos intercalares em matéria de perda de biodiversidade não podem continuar a ser desrespeitados. O valor real da biodiversidade e dos ecossistemas e a importância do solo, da água, da utilização dos solos e da silvicultura devem ser plenamente reconhecidos. A relação entre biodiversidade e atenuação das alterações climáticas e adaptação às mesmas assume uma importância crítica. Em consequência, trabalharei em estreita colaboração com o Comissário responsável pelo Clima. Uma vez que não atingiremos a meta da UE para 2010 de travar a perda de biodiversidade, nem a meta global de a reduzir significativamente, será necessário instilar uma nova dinâmica na política neste domínio. São necessárias novas metas a nível mundial e da UE, mas as metas não são suficientes por si só. Envidarei os meus

melhores esforços para defender um plano de acção ambicioso e estou consciente de que o meu principal desafio será velar por que este possa produzir resultados.

Se queremos atingir objectivos ambientais ambiciosos, devemos actuar em numerosas frentes políticas. Estou plenamente consciente do meu papel e da minha responsabilidade no que diz respeito a garantir que estes objectivos sejam devidamente reflectidos nas outras políticas. A aplicação e a revisão da legislação em vigor em matéria de ambiente (ar, água, resíduos e produtos químicos) apoiarão a evolução no sentido de um crescimento mais sustentável e continuarão a assegurar que os impactos negativos das nossas actividades no ambiente e na saúde humana sejam evitados. Uma melhor aplicação da nossa legislação é também um factor crítico. Dessa forma se manterão os progressos ambientais e se garantirá que os benefícios desejados nas propostas no momento da sua adopção se materializem efectivamente. Este será um domínio importante de cooperação com os Estados-Membros. Temos de velar por que as pressões decorrentes da crise económica não prejudiquem ou marginalizem a aplicação da legislação. A crise financeira revelou as consequências da insustentabilidade numa área. A saída dessa crise deve processar-se de uma forma que possa aumentar, e não diminuir ainda mais, a sustentabilidade do nosso futuro.

5. Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário? Que compromissos específicos pode assumir, nomeadamente no que diz respeito às prioridades e solicitações das comissões, apresentadas em anexo, que poderão vir a ser do seu domínio de competências? De que modo garantiria, a título pessoal, a boa qualidade das propostas legislativas?

Tenciono não perder tempo e abordar já as questões ambientais fundamentais, mas isso não significa que favoreça soluções precipitadas que tenham um grande impacto em termos de comunicação e um baixo impacto em termos de ambiente. Quero que a política ambiental europeia seja ambiciosamente eficaz. Estou decidido a concentrar a minha atenção, em tudo o que fizer, na optimização dos resultados no domínio da protecção do ambiente. Mas sei que nunca poderemos ser bem sucedidos apenas com boas intenções e rectidão moral. Precisamos de uma abordagem sistemática e de uma sólida base de conhecimentos, não apenas como uma condição prévia para a credibilidade das nossas próprias propostas, mas também para assegurar que possuímos uma base factual devidamente fundamentada que nos permita integrar eficazmente os nossos objectivos em políticas noutros domínios. Este aspecto será fundamental para a nossa eficácia na implementação da Estratégia para 2020 da UE.

Darei prioridade à aplicação efectiva da legislação ambiental da UE e à integração nas políticas noutros domínios. Continuarei a seguir a abordagem dupla de parceria com os Estados-Membros, a fim de garantir o seu cumprimento e, quando tal falhar, não hesitarei em utilizar os instrumentos jurídicos de controlo do cumprimento disponíveis, com o objectivo estratégico de obtenção do maior impacto possível decorrente de um melhor cumprimento da legislação.

Tenciono aproveitar a oportunidade proporcionada pelo facto de 2010 ser o Ano Internacional da Biodiversidade para abordar o desafio da perda de biodiversidade. Tirarei conclusões da experiência adquirida no 6.º Programa de Acção em matéria de Ambiente e farei avançar as políticas nos domínios dos resíduos, da utilização eficiente dos recursos e do consumo e

produção sustentáveis, com vista a promover um crescimento ecológico e a eco-inovação e a contribuir para uma UE mais forte do ponto de vista ambiental, social e económico. Velarei igualmente por que a política no domínio do ambiente contribua plenamente para as actividades da Comissão que visam a redução das emissões de gases com efeito de estufa e a adaptação às alterações climáticas.

Apesar de alguns resultados positivos, as metas em matéria de biodiversidade estabelecidas para 2010 não serão atingidas. Irei propor opções para uma nova meta e visão da UE neste domínio que permita à Europa dar contributos estratégicos para o debate internacional sobre a biodiversidade em 2010 e subsequentemente apresentarei uma nova estratégia da UE em matéria de biodiversidade que integrará esta questão em domínios políticos afins. Na UE, concluirei o estabelecimento da Rede Natura 2000, continuarei a trabalhar em prol da protecção da biodiversidade marinha e procederei à revisão dos diversos meios disponíveis para financiar a protecção da natureza no âmbito da preparação das próximas Perspectivas Financeiras com início em 2014.

Procederei ao reexame da aplicação da legislação em vigor no domínio da água, tendo em conta a necessidade de adaptação às alterações climáticas, e apresentarei as minhas conclusões em 2012. Uma implementação efectiva da política em matéria de água doce contribuirá também para a aplicação da Directiva-Quadro «Estratégia Marinha», que constitui o pilar ambiental da estratégia marítima da UE. Juntamente com o Comissário responsável pela Indústria e Empreendedorismo, procurarei contribuir para uma aplicação eficaz do sistema REACH. Tal contribuirá para a inovação no sector químico, um factor importante para colocar a Europa na via de um crescimento mais sustentável na sua saída da crise económica. Em cooperação com o Comissário responsável pela Saúde e Defesa do Consumidor, examinarei também se o actual quadro legislativo contempla adequadamente as questões ambientais relacionadas com as nanotecnologias ou se são necessárias medidas legislativas específicas.

Envidarei esforços no sentido de uma melhoria contínua da qualidade do ar na Europa e, em particular, reexaminarei a proposta de revisão da Directiva «Valores-Limite Nacionais de Emissão», com vista à realização dos objectivos ambiciosos em matéria de saúde e ambiente a atingir até 2020, conforme estabelecido na Estratégia Temática sobre a Poluição Atmosférica de 2005 da Comissão.

No final de 2010, será completada uma avaliação independente do 6.º Programa de Acção em matéria de Ambiente. Juntamente com o relatório da Agência Europeia do Ambiente sobre o estado e as perspectivas do ambiente europeu (*State and outlook of the European environment - SOER*), constituirá a base para os progressos a realizar no domínio da política ambiental no contexto da Estratégia para 2020 e da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE. Uma regulamentação mais inteligente e mais simples é um factor essencial para atingir os nossos objectivos actuais e para os levar mais longe. Legislar melhor não significa ter menos ambições, mas sim velar por uma realização eficaz dessas mesmas ambições.